

HABEAS CORPUS Nº 567.815 - SP (2020/0072368-1)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : THIAGO DOS SANTOS CARVALHO
ADVOGADO : THIAGO DOS SANTOS CARVALHO - SP309929
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : IGOR DA COSTA ROLDAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IGOR DA COSTA ROLDAO contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - HC n. 2009545-65.2020.8.26.0000.

Nesta via, alega o impetrante a ausência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar imposta ao custodiado, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Sustenta que a cautelar segregatória se mostra desproporcional, pois os delitos supostamente cometidos são apenados com detenção e, em caso de eventual condenação, será fixado regime prisional diverso do fechado.

Assevera que o paciente encontra-se preso desde 01.01.2020, configurando o excesso de prazo na formação da culpa, visto que até o momento não foi designada a audiência de instrução e julgamento, em manifesta violação do princípio da razoável duração do processo.

Destaca a violação ao art. 316 do CPP, pois não houve a revisão pelo Juízo singular da necessidade de manutenção da segregação preventiva a cada 90 (noventa) dias.

Aduz a aplicação de medidas alternativas diversas da prisão previstas no art. 319 do CPP.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja deferida a liberdade provisória ao paciente.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame** (HC 342.821/RO, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2016; RHC 52.841/SC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 17/03/2016; HC 336.606/RS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016, HC 340.235/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 17/03/2016).

In casu, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, ao menos nessa etapa, verifica-se a presença de fundamentos concretos para a denegação da ordem e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública e da conveniência da instrução criminal, diante da gravidade, ao que parece concreta, da conduta imputada ao paciente, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ Fl. 47):

Inicialmente anoto que a decisão atacada está

fundamentada a contento, pois dela constam os motivos pelos quais a autoridade apontada como coatora considera que a constrição é necessária.

No mais, há prova da materialidade e indícios promissores de autoria (o Paciente foi preso em flagrante logo depois de praticar os crimes), e razões de ordem pública recomendam a manutenção do Paciente no cárcere, pois ele registra duas condenações trânsitas pela prática de crimes dolosos (receptação e furto qualificado) e havia acabado de cumprir a pena quando tornou a se envolver com a prática de ilícitos.

E a constrição se ampara em lei, quando se leva em conta que o Paciente ostenta condenações trânsitas, e que as penas máximas cominadas aos delitos, somadas, ultrapassam a quatro (4) anos (CPP, art. 313 I e II).

Diante disso, e porque na hipótese de condenação ele não poderia ser beneficiado com a substituição da pena, o “sursis” ou o regime prisional mais brando, a constrição emerge razoável e proporcional, e as medidas cautelares diversas da prisão, insuficientes e inadequadas, assim como a liberdade provisória.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima o paciente.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito da impetração, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

[...]

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Ante o exposto, **indefere-se a liminar.**

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator